

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 114.035 - RS (2019/0167520-5)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : D N M (PRESO)
ADVOGADO : MARCOS ANTÔNIO HAUSER - RS076377
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por D N M contra o acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul no julgamento do HC n. 0051447-56.2019.8.21.7000.

Segundo os autos, a paciente foi presa preventivamente pela suposta prática do delito de homicídio, que teria sido motivado por uma "*ação trabalhista proposta pela vítima contra seus ex-empregadores, D N M e D P M*" (e-STJ fl. 443).

Irresignada, a defesa impetrou prévio *writ* na origem, sustentando carência de fundamentação idônea, ausência dos requisitos autorizadores da medida extrema e falta de provas da materialidade delitiva. Contudo, a ordem foi denegada pela Corte estadual em acórdão assim ementado (e-STJ fl. 491):

PRISÃO PREVENTIVA. DECRETAÇÃO. CONVENIÊNCIA LIGADA AO JUIZ DA CAUSA. MOTIVAÇÃO: GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. A decisão sobre a prisão provisória de réu ou indiciado, decretação ou manutenção, é um ato que se insere na órbita de convencimento pessoal do juiz. Ela estando bem fundamentada, não se perquire, se houve injusta apreciação da prova ou da pessoa do detido. No caso em tela, a decisão judicial da prisão preventiva do paciente, acusado da prática do crime de homicídio, está motivada e a situação detentiva justificada na garantia da ordem pública. Habeas corpus denegado.

Contra essa decisão, a defesa opôs embargos de declaração, os quais foram rejeitados. Eis a ementa do respectivo acórdão (e-STJ fl. 521):

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. REJEITADOS.

A pretensão do autor, como se vê de sua argumentação, é rediscutir a motivação da prisão preventiva da paciente. O acórdão atacado nada teve de omissivo, analisando de forma adequada os argumentos

apresentados na impetração. E rebateu aquelas teses que tinham algum fundamento, confirmando a prisão preventiva. Nada há a acrescentar. Erro material corrigido.

Embargos de declaração rejeitados.

Nesta instância, a defesa aponta constrangimento ilegal decorrente da prisão preventiva imposta à paciente, reafirmando as teses suscitadas na origem.

Também alega ser *"equivocada a assertiva da Magistrada de piso quando afirmou no seu decisum que os investigados respondem a outros crimes, de modo que o crime a eles imputado não se revela fato isolado em suas vidas, vez que os antecedentes da recorrente não apontam qualquer envolvimento pretérito dela na prática de crimes"* (e-STJ fl. 546).

Reforça, também, que não foram juntados aos autos o atestado de óbito, tampouco o laudo de necropsia, o que impossibilita determinar a *causa mortis* da vítima.

Por fim, assevera, de forma subsidiária, que *"tendo em conta as condições pessoais favoráveis da recorrente, tem-se que sua prisão, a exemplo do entendimento esposado pelo relator que abriu voto de divergência, pode perfeitamente ser substituída por medidas cautelares diversas da prisão"* (e-STJ fl. 549).

Dessa forma, requer, inclusive liminarmente, a revogação da segregação provisória. Alternativamente, seja a custódia substituída por medidas diversas.

Os autos foram a mim distribuídos por prevenção do HC n. 497.863/RS.

É, em síntese, o relatório.

Depreende-se dos autos que a presente irresignação recursal impugna o acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul no julgamento do HC n. 0051447-56.2019.8.21.7000.

Ocorre que a causa de pedir e o pedido atinentes à revogação da prisão preventiva, formulados neste recurso, são idênticos aos do HC n. 504.969/RS, impetrado

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2689 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 12 de Junho de 2019 Publicação: Quinta-feira, 13 de Junho de 2019

nesta Corte no dia 16/4/2019 e também atribuído a esta relatoria, que igualmente impugnou a mesma decisão colegiada prolatada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul no julgamento do HC n. 0051447-56.2019.8.21.7000.

Inclusive, cabe ressaltar que o mencionado processo está em estágio avançado de tramitação, encontrando-se, atualmente, com vista ao Ministério Público Federal, já tendo sido prestadas informações pelas instâncias ordinárias.

Assim, diante da constatação de que o presente recurso é mera reiteração do HC n. 504.969/RS, **indefiro-o liminarmente**, com fulcro no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator